

## **MESA-REDONDA**

### **BRASIL 500 ANOS – RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR**

*Laymert Garcia dos Santos, Egídio Brunetto, Gilberto Leal*

Mesa-redonda realizada em 7 de novembro de 1999, sob coordenação do professor Laymert Garcia dos Santos (Unicamp), com a presença dos debatedores Egídio Brunetto, do MST – Movimento dos Sem-Terra, e Gilberto Leal, da Conen – Coordenação Nacional de Entidades Negras.

*Déa Fenelon* – Esta terceira e última seção do evento, que se constituiu na mesa-redonda cuja temática é “Brasil 500 anos – resistência indígena, negra e popular”, inspirou-se a partir de um documento e de um manifesto assinado por várias entidades ligadas ao movimento indígena, negro e popular e que foi divulgado neste ano. A composição da mesa é de um representante do Conen e de um representante do MST. Ficaria completa com a presença de Ailton Crenac, do Núcleo de Cultura Indígena, que, no entanto, não pôde comparecer por estar em um festival na Serra do Cipó. Neste momento ele está tratando da continuidade do festival que será um memorial lá na região da Serra do Cipó, em Minas Gerais. O coordenador da mesa, o professor Laymert Garcia dos Santos, do Departamento de Sociologia da Unicamp, do IFHC da Unicamp, e também presidente da Comissão Pró-Ianomani, falará um pouco da questão indígena. Eu passo a palavra ao professor Laymert.

*Laymert Garcia dos Santos* – No último fim de semana, lendo o artigo do historiador José Murilo de Carvalho no jornal *Folha de S. Paulo*, no caderno Mais!, eu percebi o quanto esta reunião aqui era importante, porque o artigo publicado neste último domingo se chamava o “Encobrimento do Brasil”. Nesse artigo, o autor comentava o quanto boa parte, senão a maioria das festividades do descobrimento do Brasil,

está situada sob o signo justamente da descoberta do Brasil como um momento de *achamento*, para usar a linguagem antiga do Brasil, considerando que o país só passa a ter uma existência a partir do momento em que ele é *descoberto* pelos portugueses. Todo o artigo discorre sobre como as festividades deste momento estão privilegiando o olhar europeu sobre o mundo americano que estava aqui e sobre, inclusive, tudo que aconteceu depois, de maneira que a perspectiva do europeu é a perspectiva privilegiada. Os membros desta mesa são justamente os que não fazem parte das comemorações do “encobrimento”. São justamente o outro lado da história e eu fico muito feliz de ter sido convidado para coordenar uma mesa na qual estão representantes de movimentos importantes, os movimentos daqueles que *fazem* e fizeram a história do Brasil e que não têm seu nome inscrito nesta história; os movimentos daqueles cujos nomes estão sempre *encobertos*.

Passo a palavra para o Egídio Brunetto, que é membro da direção nacional do MST e responsável pelas relações internacionais do movimento.

*Egídio Brunetto* – Para nós, do MST, é muito importante estar aqui, para poder debater um tema que está bastante na mídia e muitas vezes não está na população, que é a questão dos festejos, do que os europeus chamaram “descobrimento do Brasil”. Em minha opinião, esse tema deve nos levar não apenas a refletir, mas a construir uma postura diferenciada a fim de tratar justamente do que aconteceu especialmente de 1500 para cá. Temos dois fatos que coincidem, em torno do qual se faz muita propaganda: a virada do milênio e os 500 anos. São dois fatos mentirosos e temos que desmistificar essa grande mentira. Primeiro, dois mil anos de quem? Não estamos contando a nossa História, porque não temos dois mil anos. Os negros e os índios não estão contando esses dois mil anos aqui; são dois mil anos do catolicismo europeu, e este foi um dos elementos que ajudaram a construir um dos sistemas mais violentos que a humanidade tem conhecimento, o colonialismo. No nosso caso, é terrível, se for considerado o papel que o catolicismo cumpriu nesses 500 anos, não só na América, mas especialmente no continente africano.

Então, eu acho que temos que rebater as duas coisas: primeiro essa chamada virada do milênio, que representa um grupo pequeno, porque grande parte da população não está comemorando dois mil anos, como os asiáticos, os negros, os índios e mesmo a grande parte da população oriental européia não utiliza esse marco. Os judeus não estão comemorando dois mil anos; na China, só a muralha lá que construíram tem 4000 anos; na África, então, nem sei quantos. São duas grandes mentiras, que nós acatamos meio

sem querer e acabamos fazendo festa?! Então acabamos, digamos, naquilo que eu chamo na nossa mentalidade colonizada, entrando no barco!

Para mim, este é o primeiro ponto que temos que desmistificar. Isto é difícil. Porque está um pouco no nosso sangue, na nossa cultura e na nossa formação histórica, no nosso calendário, e, também, fundamentalmente, na nossa formação escolar, que trabalha essa perspectiva. Mas nós vamos festejar os 2000 anos de qualquer jeito. Eu acho que o importante é que fique claro que utilizamos “descobrimento”, porque não encontramos a palavra adequada. A gente ainda não assimilou, e não é só uma questão de palavra. É um conceito, é muito mais forte, porque descobrimento significa que isso aqui não existia. Alguém chegou aqui e descobriu. Mas isso aqui existia. Então, acho que a palavra que nós temos que trabalhar, o conceito adequado é invasão, porque esse é o termo exato para o que aconteceu há 500 anos aqui no Brasil.

Poderíamos dizer que esses 500 e poucos anos foram de muita violência, uma história marcada pela exploração e pela violência. Creio ser esse o conceito exato. É de muito mais que 500 anos a nossa história, a história de quem construiu e está construindo e está resistindo nesse país: os índios, os negros e os imigrantes europeus, que é o nosso caso, foram jogados neste tripé da exploração em que nós vivemos hoje. Então, é muito mais que 500 anos a nossa história, esta é a primeira coisa. A segunda, os 500 anos foram 500 anos de muita violência e exploração, esse é o pano de fundo de toda a nossa discussão, e nós não temos nada que comemorar e nada que celebrar dentro do contexto que estão colocando. Por isso, quando a gente fala da campanha de resistência indígena, negra e popular, aí sim, a gente evidencia os 500 anos de resistência. Acho que esse é o termo, porque é de onde parte toda uma luta para resistir, não apenas aqui, mas também em outros continentes.

A campanha teve início em 87, no Equador, quando as organizações camponesas-indígenas fizeram uma reunião para discutir, porque já estavam se aproximando os festejos dos 500 anos de descobrimento da América, quando os espanhóis e as elites latino-americanas falavam do encontro de dois mundos, do encontro de duas culturas. Em 89, na Colômbia, no dia 12 de outubro, ocorreu o lançamento da campanha, que se chamou “500 anos de Resistência Indígena e Popular”. Em 90, no encontro ocorrido na Guatemala, foi incorporado o Movimento Negro. Então a campanha passou a ter a dimensão mais exata do que foi a resistência no continente, especialmente latino-americano. E a partir daí é que se fizeram então grandes mobilizações, especialmente em 92.

No caso dos camponeses, temos, hoje, várias articulações em nível internacional. Temos uma articulação latino-americana que se chama CLOC – Cordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo; as organizações negras conseguiram avançar: em 95 fizeram um encontro aqui, no Brasil, no Memorial da América Latina. Depois os índios também conseguiram articulações importantes; e também o movimento popular, que eu acho que foi saldo, digamos, desse processo histórico. E agora ele praticamente se rearticula naquilo que nós estamos chamando “O Grito dos Excluídos Latino-Americano”: no caso brasileiro, é o 7 de setembro, e o grito latino-americano vai ser agora dia 12 de outubro.

No caso brasileiro, estamos nos rearticulando a fim de discutir a questão dos 500 anos de invasão, creio ser esse o tema principal. Por que o que aconteceu especialmente nos 500 anos, no caso brasileiro? Nós temos praticamente 500 anos do que nós podemos considerar uma política colonial, que pode ter mudado um pouquinho, mas toda a organização da nossa economia foi voltada para atender às metrópoles. Então, desde 1500 até agora a organização da produção brasileira está voltada a não atender os interesses do povo brasileiro.

Aliás, todo o processo de organização da produção foi um processo violentíssimo: primeiro, na exploração da mão de obra indígena. Depois, num dos sistemas mais perversos que a humanidade viu, temos quase 300 anos do sistema de trabalho escravo, e muito mais que o trabalho escravo, acho que é difícil a humanidade reparar, porque significa trazer mão-de-obra de outro continente, do continente africano. No ano passado eu estive em Angola, e, perto de Luanda, a mais ou menos 30 km, existe hoje um museu, que foi antigamente uma igreja dos jesuítas. Nessa região sul da África, os negros eram caçados, colocados dentro da igreja e batizados. Ao lado da porta da igreja há a pia batismal, e, a uns 20, 30 metros atrás da igreja está o Atlântico, onde os negros eram embarcados. Só por essa igreja, pelos dados que existem, passaram 4 milhões e meio de pessoas. É um negócio espantoso quando você vê isto! A gente quer fazer uma idéia, mas ninguém imagina o que foi para trazer esse povo para cá, arrancado das várias tribos, caçados. Só lá foram batizados e embarcados 4 milhões e meio. Nem todos vieram para o Brasil; vieram para América, foram para Europa também. No caso do Senegal, comenta-se que há uma ilha perto de Dacar, onde foram aprisionados 21 milhões de negros. Só nesses dois casos, são quase 30 milhões, 26, 27 milhões de pessoas que foram embarcadas para outros continentes. E nós somos parte dessa história; parte desse processo.

E depois, no nosso caso, a vinda dos imigrantes, principalmente italianos e alemães. O método pode ter sido outro, mas a natureza é a mesma: é arrancar! Nós que somos descendentes sabemos que não foi um processo violento, mas foi um processo pensado a partir de um trabalho ideológico, que arranca, na ilusão de vir para América e ficar rico, porque fazia-se muita propaganda. Essa foi a nossa ilusão, dos descendentes de italianos. A mesma coisa eles fizeram há alguns anos no sul do Brasil, para irmos para Mato Grosso, Amazonas, que lá encontraríamos a bonança. Além disso, todo trabalho político-ideológico dirigido contra o índio e o negro, um trabalho muito bem elaborado contra raças, um trabalho muito bem preparado, pois quem vinha para para o Brasil já vinha com medo dos negros e dos índios, tidos como raças ruins, assassinas, preconceito esse que continua muito forte. No nosso caso, o brasileiro diz que não há racismo, mas todo mundo sabe que existe. No caso dos italianos, usamos expressão “bugre” para os índios, de forma preconceituosa e isso é um resultado do que se dizia, que os bugres eram uma raça de gente ruim, que comia gente. Justamente para os povos não se juntarem, imagino!

Qual é o resultado desses 500 anos da invasão?

Primeiro, é que continuamos como o país que tem a segunda maior concentração de terra do mundo, só perdemos para o Paraguai. Apesar de sermos um país eminentemente agrícola, a terra, desde sua formação, da invasão, continua concentrada: 1% da população detém mais de 43% das terras. Considerando o índice que mede a concentração de terra, o *Gini*, o Paraguai tem 9,5 e nós temos 9,4; o grau de concentração de zero a 1 é altíssimo! Qual é a base que constitui os sem-terra? São os índios, os negros e os descendentes dos imigrantes, aqueles que vieram para fazer a agricultura e continuam fazendo. E, nos últimos dez anos, a concentração de terra cresceu, trabalhava-se no censo de 85 com 4.8 milhões de famílias sem terra; agora, no último censo, são 4.9 milhões de famílias.

Segundo, os 500 anos de apropriação dos recursos naturais: agricultura, madeira, minério, levando com isso à destruição, violenta, das nossas florestas, porque são 500 anos levando embora nossa madeira; o ataque à região Amazônica, especialmente com o contrabando, estima-se que saem 30 milhões de metros cúbicos por ano de madeira contrabandeada, que vai especialmente para Ásia e para a Europa; o saque dos nossos minérios que é de 500 anos, um pouco menos, porque a descoberta do ouro aconteceu um pouco mais adiante. Mas continua agora, com a privatização da Vale do Rio Doce, toda apropriação dos minérios de Carajás. Não temos dimensão do que estão levando embora desse país e também do que fizeram com o continente. Então, se nós conside-

rarmos as madeiras, os minérios, esses 500 anos fazendo agricultura para atender o mercado europeu, norte-americano e agora japonês, e que nunca foi organizada para atender a nossa população, vemos o resultado disso, especialmente nas últimas décadas. É evidente o quanto a agricultura norte-americana destruiu o nosso solo e o quanto já temos o solo para agricultura brasileira muito degradado, além da contaminação das águas e, nos últimos anos, a concentração da nossa população em cidades. Então, nós somos um país de população relativamente pequena, em função da nossa dimensão territorial; mas a população é extremamente concentrada, do que decorrem os problemas muito conhecidos. São Paulo é o nosso exemplo dos problemas: de falta de infraestrutura, falta de transporte, falta de moradia, da violência, do desemprego e de suas conseqüências. Enquanto as nossas terras estão abandonadas ou, como até há pouco tempo, serviam para especulação. Foi assim que se organizaram, nesses 500 anos, a nossa economia e o setor industrial, nos últimos anos, também voltado aos interesses lá de fora. Também no setor operário, com um dos menores salários do mundo, pode-se considerar o trabalho praticamente escravo.

Mais angustiante é a mentalidade colonizada das nossas elites, que governaram de costas para o Brasil. A nossa intelectualidade tem um pouco de que bom é europeu e norte-americano, o que vem de Nova York, Washington e não sei o que mais. Vai estudar lá, vai passear lá, Sem querer cometer nenhuma injustiça aqui, mas lembrando os esportistas, os nossos artistas... O futebol é o grande exemplo da vergonha, porque nós temos o melhor futebol do mundo. O cara aprende a fazer um gol e já quer ir para Europa, Japão. Por que, se o melhor está aqui? Eu tenho conhecido alguns países; o Movimento já conhece 58 países, e nós, nas nossas reuniões, comentamos: não existe nenhum país do mundo que é semelhante ou melhor do que o Brasil. Pode ser que alguns tenham mais indústrias, mas nós temos as melhores terras, temos o melhor clima. Nenhum país do mundo tem as terras, o clima e as águas que nós temos. Não existe. O Canadá pode ter mais água, mas as águas deles estão congeladas. Nós temos um dos povos mais trabalhadores do mundo; dizem que é o povo japonês. Eu quero ver se povo japonês faz como o operário aqui em São Paulo, que sai de casa às 4 da manhã, para voltar às 10 da noite! Ou o nosso bóia-fria, que sai às 3 da manhã para trabalhar. Nós somos um dos povos mais trabalhadores do mundo. Não existe; muito mais que japonês, que europeu, que norte-americano, que acham que são os bons. A nossa cultura é uma das mais ricas e mais bonitas do mundo. Vai ver nos Estados Unidos, na Europa, é a coisa mais nojenta, chata, quadrada. A criatividade, essa mistura, se considerarmos a comida, não existe comida melhor no mundo! A nossa diversidade e riqueza e gos-

tosura dos alimentos, dos doces, das frutas, não existem! Só existe aqui. A nossa elite não percebe isso; o nosso potencial, inclusive o nosso potencial técnico, intelectual, é muito grande.

Como resolver esse problema? Temos condições de resolver, mas dentro do modelo que está colocado é impossível! Então, quando se pensa essa questão dos 500 anos, é preciso perceber que são 500 anos transcorridos com muita violência. Se nós tomarmos as lutas em relação à terra, as lutas operárias, sempre tratadas com violência, com massacre. E continuam! Temos pouco o que comemorar do ponto de vista do desenvolvimento do nosso povo. Temos que comemorar é justamente a resistência. Mais do que comemorar, é continuar a luta. Essa é a forma de comemoração mais importante para nós. É continuar a nossa resistência, buscando juntar os vários segmentos e fazendo denúncia. Temos que denunciar, por exemplo, como a imprensa trata as coisas no Brasil. Os nossos artistas, os esportistas, não têm um sentimento de Brasil, de povo! Coisa rara! Quando o Ronaldinho, por exemplo, compra uma Ferrari, na Itália, e fica esnobando, é uma afronta à capacidade e inteligência do nosso povo. Enquanto temos 32 milhões de pessoas que não comem, enquanto temos 62% da nossa população que ganha até 2 salários mínimo, vemos, por outro lado, uma pessoa que é fruto desse processo e poderia ser apoio para a população que o torna um ídolo, que faz justamente aquilo que um ídolo nunca deveria fazer, faz as coisas mais abastadas que um ser humano pode fazer. Esses artistas da música sertaneja, a coisa mais ignorante e ridícula que há. Isso reflete um pouco o que são as nossas cabeças. Temos um potencial na arte, no esporte! Se tivesse um país que quisesse investir nisso, porque essa nossa miscelânea de raças permite um alto desenvolvimento nesta área, e como elemento importantíssimo de resistência da nossa cultura, envolvendo atividades artísticas, esportivas. São grandes potenciais que podem ser explorados, como formas de resistência, mas que, ao contrário, vão se elitizando e se deturpando.

Só para encerrar, outro fator que considero importante destacar nesses 500 anos, além da concentração de terra, é a dívida externa. São dois elementos que vão saqueando nossa riqueza, de forma muito violenta. Só o governo Fernando Henrique Cardoso já pagou 160 bilhões de juros da dívida externa, e a nossa dívida continua crescendo, ultrapassa 220 bilhões, e a dívida interna, entre estado, município e governo federal já passa de 490 bilhões! Há um buraco em nossa economia, sem perspectiva de ser resolvido com esse modelo; e nós vamos continuar jogando dinheiro fora.

Outra questão que precisamos resgatar nesse debate é a questão indígena. Estava olhando um documento que diz que, em 1500, existiam 900 nações, hoje parece que

há somente 160, 180. Calculava-se 5 milhões de pessoas, hoje são apenas 220 mil. Isso é um massacre, um genocídio, como poucos. Há uns quinze dias, mais três jovens indígenas tomaram cachaça com veneno; há ameaça de um suicídio coletivo. Não se pode admitir que num país que só tem terra, os índios não tenham a sua terra. É uma coisa insignificante perto da quantidade de terra!

Não há como celebrar essa situação! Isso tem que ser denunciado. Temos que resgatar a capacidade de nos indignarmos! Acho que, para eu celebrar os 500 anos, só se fizermos a denúncia, senão, não adianta. Parece que a violência se tornou coisa normal: a gente fica festejando, enquanto o nosso povo, as crianças estão se matando como uma forma de resistência, como esses adolescentes dos índios guaranis, é uma coisa complicada! Eu estava assistindo a entrevista da filha do Che, a Leda Guevara, ela disse assim: “Em Cuba, para nós a coisa mais sagrada que existe é a vida de uma criança”.

Por último, eu acho que sobre as questões para a frente, elas estão relacionadas aos professores. Nós não podemos continuar, em nossas escolas, ensinando a história oficial. Acho que tem que haver o mínimo de dignidade, de ética, e recusar a passar na sala de aula a história oficial, porque ela é mentirosa! Não sei se essa é apenas uma questão ética, mas acho mais, que é também uma questão moral, de dignidade do nosso povo, dos professores. Temos que discutir e não podemos continuar ensinando desse jeito, é preciso mostrar que essa terra não foi descoberta, foi ocupada.

Nós temos que resgatar um pouco isso que eu falei e acho que os intelectuais, os artistas, os esportistas, nossas personalidades, os jornalistas, os próprios partidos, as igrejas, têm um papel importante: têm que aproveitar todo espaço para recuperar a verdadeira história dos 500 anos e dos mais de 500. Nós estamos trabalhando nas nossas lutas, mas acho que a resistência tem que ser em toda parte, inclusive na produção cultural, artística, cujo valor é importantíssimo. A produção intelectual tinha que estar ligada nessa resistência do nosso povo, a cultura do nosso povo como uma forma de resistência. Eu até ia perguntar, por exemplo, porque muitas vezes me perguntam: “O quê é que fazem os professores que fazem pós-graduação, mestrado?” Até hoje eu não vi que utilização é dada ao que vocês produzem. A maioria é professor de história, não é? Acho que o que vocês deveriam pesquisar é o que realmente aconteceu nesses 500 anos. Quanta gente foi morta, por exemplo, além de outras informações que se pudesse divulgar! Quantos recursos o Brasil transferiu! Um trabalho que poderia ser de 10, 15 anos. Mas eu acho que tinha que fazer isso! E popularizar os resultados das pesquisas. Parece que jornalistas escreveram dois livros sobre os 500 anos, em forma de livro



didático para serem utilizados nas escolas, contando não o outro lado da história, mas a história. Creio que deveria ser um esforço coletivo, porque individualmente não vamos conseguir; não é fácil, mas acho possível. Tem que ser uma espécie de uma empreitada, como que nós falamos no campo; acho que esse seria o desafio. Mas não é só fazer isso; é preciso criar mecanismos para a população ir se apropriando desse conhecimento, porque senão ele fica restrito à universidade, às bibliotecas, e pouca gente, depois, vai ter acesso, porque a população não tem acesso às universidades e nem às bibliotecas.

Eu acho que esses seriam, para mim, os desafios do ano 2000. Não sei se é possível, mas acho que tem que pensar, ver se a gente recupera isso. Tudo isso está ligado à luta pela soberania nacional, temos que ser muito mais fortes, especialmente agora que eles estão entregando tudo. No nosso caso, estamos trabalhando muito em como recuperar a cultura camponesa como uma força de resistência e de enfrentamento; como recuperar os valores relacionados à produção agrícola que perdemos, porque o camponês brasileiro, hoje, é uma geração sem passado e sem futuro, perdeu a sua tradição de agricultura e assumiu um pacote norte-americano, que faliu.

Também estamos trabalhando, além da chegada a março, na articulação entre os camponeses de todo o mundo. Há uma articulação dos camponeses da América Latina, que já tem mais ou menos dez anos, e nela discutimos esses temas. Há também uma articulação internacional, que se chama Via Campesina, que une camponeses dos vários continentes e, para alegria nossa, conseguimos no ano passado integrar, nessa articulação, o continente africano. As organizações camponesas deles começam, praticamente, na metade do anos 90 e nós tínhamos dificuldades de poder nos articular. No caso do Movimento, já começamos intercâmbios, especialmente com os africanos de língua portuguesa, procurando ver o que podemos fazer juntos. No dia 12, agora, nós vamos lançar uma campanha, que vai se chamar Campanha Global pela Reforma Agrária. Esse aqui é o panfletinho, cujo slogan é “pão, terra, e liberdade”. Então, a idéia é de fazer uma grande campanha, em nível internacional, para colocar na agenda política internacional a questão da reforma agrária como resistência na terra e como distribuição da terra.

*Laymert Garcia dos Santos* – Passo a palavra agora ao Gilberto Leal, da Conen – Coordenação Nacional de Entidades Negras e Quilombo Nigerocã.

*Gilberto Leal* – Primeiro é necessário dizer que é uma satisfação estar aqui. Com muito orgulho e prazer represento aqui, nesse debate, este segmento histórico e tão

responsável pela construção deste país, ainda que forçado, e que hoje ocupa as piores faixas das estatísticas no Brasil. Dizer também que é realmente com a bênção dos orixás. Eu não sou católico e conseqüentemente também não gosto do sincretismo com o catolicismo. Sou de candomblé, sou de nação Gege, sou iniciado também na nação Gege. Talvez vocês não conheçam muito, porque é muito propagada a cultura euro-urbana. São os euro-urbanos, inclusive, que dão a titulação às divindades do candomblé, que são chamadas de orixás; na minha nação não são orixás, são voduns, que têm similariedade em Cuba, no Haiti e em outras nações como Angola, que não têm a mesma trajetória que os euro-urbanos. Além de outras nações que desapareceram ao longo do processo.

Eu acho que é importante a gente estar aqui tentando colocar algumas contribuições sobre essa questão da invasão. Concordo com o Egídio, não tenho nenhuma dúvida de que esta palavra, “descobrimento”, deveria estar, pelo menos, com umas aspazinhas, porque é uma palavra que nós estamos negando na campanha, entre outras coisas que estamos negando. A questão da palavra, nós não queremos usá-la como uma palavra assumida por nós na campanha de resistência, que é intitulada “Brasil 500 anos de resistências indígena, negra e popular”, cujo slogan é “Brasil outros 500”. Não só outros 500 do ponto de vista da revisão histórica, como construir outros 500 para frente. Esse é nosso compromisso, é a nossa missão e gostaria que fosse o compromisso e a missão de todos os oprimidos neste país. Eu sei que seria talvez ilusório imaginar que esta missão pudesse ser estendida aos opressores e ao poder deste país ou do mundo inteiro.

A pergunta que fica logo de início é: “O que comemorar?”. O que nós temos a comemorar. Isso vai depender de qual ótica, qual vertente, de qual ângulo nós possamos estar olhando a realidade histórica e a realidade presente e que projetos temos também para o futuro. Então, se comemorar dentro do projeto oficial e seus aliados é comemorar a posição número 79 do Brasil na fila de qualidade de vida no mundo, então, não é a nossa! Se é também comemorar 1/8 de poder de compra do salário mínimo, comparado com o seu lançamento no período Vargas, também não temos a comemorar. Se é para comemorar os míseros 100 dólares que são aplicados na saúde neste país, comparados, por exemplo, com a França, que aplica 2 mil dólares por habitante, não podemos concordar com qualquer comemoração. Os 12 milhões de desempregados, os assassinatos, como os presentes assassinatos dos trabalhadores sem-terra, os assassinatos da resistência que existiram neste país, a exemplo da Cabanagem, quando 40 mil dos nossos resistentes foram assassinados, lá no Pará. Eu não estou confundindo a Cabanagem do Pará com a Guerra dos Cabanos, que era uma outra coisa, reacionária, antagônica à

Cabanagem no Pará. Então, comemorar o quê? As falcatruas do juiz Nicolau? Comemorar, por exemplo, a submissão ao FMI? Os 50% de trabalhadores sem carteira assinada neste país? Realmente não temos nada a comemorar. Eu digo, concordando com Egídio, que temos que ter o compromisso de estar revisando essa história. Por que revisar essa história? Eu recorreria a um grande pensador jamaicano, Marcos Garvi, que viveu e desenvolveu um movimento significativo nos Estados Unidos, evidentemente com alguns questionamentos, mas deixou uma frase muito importante: “Todo ser que não conhece a sua história, a sua cultura e a sua origem é como uma árvore sem raiz”. Eu, ousadamente, complementei dizendo que “uma árvore sem raiz não resiste ao menor sopro dos ventos”. Então, dizendo isso, dá para entender o que é esse movimento de resistência indígena, negra e popular. É realmente revisitar a história para podermos entender a realidade. Eu tive o interesse de vir aqui desde o início deste Simpósio, para ouvir as pessoas que aqui se posicionaram. Tivemos algumas mesas singulares aqui, agora estamos tendo uma mesa plural. Marilena Chauí acentuou muito propriamente a importância das nossas revisões históricas e fez uma leitura muito importante das influências dos processos teológicos e teocráticos, que vêm corroborar o que eu li ontem, no jornal *O Estado de S. Paulo*, um documento importante dos escritos de Colombo, dizendo: “Eu sou o enviado de Cristo para iluminar o mundo”. Então, é dentro dessa concepção que se desenvolve o colonialismo, que é a matriz do que se chama hoje a famigerada globalização. A globalização já faz escola, tanto dentro dos postulados de esquerda quanto de direita, e, no Brasil, nada mais é que uma reedição do que foi o colonialismo. Uma reedição de todo aquele processo de mundialização dos mercados. A globalização não é nada de novo; é a continuidade do que sempre tivemos.

Para fazer um crítica doméstica, dentro do nosso universo étnico, lembro que eu acordei hoje de manhã ouvindo Carlinhos Brow dizer que no Brasil está tudo bem, que não há racismo neste país. Infelizmente, é realmente um desserviço... Como na campanha, nós não estamos negando fatos históricos, porque a intenção não é negar realidades e fatos históricos, porque assim estaríamos cometendo crimes, sejam esses fatos danosos ou meritórios ou fatos positivos para o nosso processo de existência no globo. Assim como não estamos negando, não quero negar que Carlinhos Brow seja um bom músico, um intelectual da música, um gênio da música. Do ponto de vista da sua responsabilidade social e da sua referência como um grande músico, quando abre a boca, presta um grande desserviço. Isto é uma crítica doméstica, que nós não temos

nenhuma restrição em fazer, porque, em que pese o seu sogro ser uma referência positiva, ele não segue o mesmo caminho.

A campanha tem uma história. O Egídio já colocou muito bem; ela começa desde Bogotá, na Colômbia, passa por Chelaju, na Guatemala, e tem o terceiro momento na Nicarágua. Nós, da Conen, da Coordenação Nacional de Entidades Negras, estávamos nesse processo na Guatemala e inserimos a questão da vertente negra na campanha. Essa campanha pode parecer para muitos que começa hoje, porque ela entra no Brasil para questionar a invasão, para questionar a chegada de Cabral, mas ela vem se desenvolvendo desde 1989, questionando a chegada de Colombo na América. A campanha foi responsável por um grande momento, em 92, quando Rigoberta Mertchu conquistou o Nobel da Paz; também foi responsável por convencer a ONU a estabelecer a década de 90 como a década dos povos indígenas. Essa campanha vem cumprindo seu papel, no sentido de dar ênfase à luta dos povos oprimidos nas américas e no mundo.

Ela foi lançada aqui no Brasil em 1995, porque na Nicarágua decidiu-se, como encaminhamento para o Brasil, o Encontro dos Povos Negros das Américas. Conseguimos realizar através da Conen, com a presença de dezenove países, já incluídos alguns países fora da América, como a África do Sul. Desse encontro instalou-se definitivamente a campanha no Brasil, que, já naquele momento inicial, tinha um caráter continental e continua; pretendemos desenvolvê-la durante todo o ano 2000. Essa campanha foi lançada dia 19 de abril deste ano, em Salvador, quando colocamos aproximadamente 7 mil pessoas na rua. A imprensa disse que era menos. Nós fizemos a nossa avaliação, foi em torno disso: só do Movimento dos Sem-Terra, do MST, havia aproximadamente 4 mil pessoas, que já estavam numa marcha de concentração em Salvador, e mais os doze setores, movimentos remanescentes de quilombos, que é a vertente do movimento negro na área rural. São territórios culturais que nós estamos trabalhando na atualidade, além de mantermos nossa luta dentro do contexto urbano. Nesse lançamento experimentamos já o incômodo que essa campanha vai causar e já está causando aos poderosos desses países. Saímos de Salvador para lançá-la em Porto Seguro, no dia 22 de abril, para posicionarmos nosso contraponto. Nossa caravana teve uma abordagem policial. Imaginarmos que o Serviço de Informação deste país está desativado: é uma grande ilusão, eles estão presentes e atuantes. Sabiam de tudo, de todos os detalhes, telefonemas, afirmaram que queriam participar da caravana e, na verdade, eram elementos do Serviço de Informação, de Salvador e de Brasília. Sabendo do lançamento, em Porto Seguro, da campanha oficial no mesmo dia, estavam preocupados com a nossa presença, entendendo, acertadamente, que seríamos o contraponto às comemorações oficiais. Fomos

abordados na estrada, de madrugada. Todo mundo se assustou, metralhadora no peito. Retiveram-nos durante várias horas, questionando, porque o dito todo poderoso imperador do Brasil, que não é Fernando Henrique, mas é o nosso famigerado baiano ACM [Antonio Carlos Magalhães] estaria lá. Pararam a nossa caravana, e atrasamos o momento que estava programado para estarmos no mesmo sítio, que deveria coincidir com o momento em que eles estariam em Porto Seguro. Como se não bastasse, mais adiante, eles encheram a estrada de miguelito, aqueles objetos tripontiagudos, e furaram todos os pneus de nossos ônibus. Chegamos só à tarde.

Para felicidade nossa, os índios pataxós, integrados na campanha, estavam presentes e fizeram o papel. Chegamos um pouco depois e os índios já tinham sido afugentados daquele sítio. Porém os índios não permitiram que o sr. Antônio Carlos Magalhães falasse, porque queriam participar do evento para dizer as suas verdades. Como há essa questão da tutela dos índios pelo Estado, eles pensaram duas ou três vezes para baixar a madeira no índios. De qualquer maneira, tomaram alguns empurrões, alguns safanões, por parte da segurança desses ditos poderosos do estado da Bahia.

Estava lá também o famoso Grecca, Ministro do Turismo. Depois, a gente lendo as declarações dele nos jornais, ele dizia que os índios que estavam lá não eram os verdadeiros, porque os verdadeiros iriam estar em Brasília, conversando com ele. Então, percebemos que tipo de visão e que tipo de interesse têm as pessoas do projeto oficial.

Foi muito bem feito. Antônio Carlos Magalhães desistiu de falar, desistiu por livre e espontânea pressão dos índios. Fizemos nosso papel; a campanha foi lançada dessa forma, e vem se desenvolvendo.

Fizemos algumas reuniões, temos uma coordenação nacional que envolve a maioria dos segmentos populares no Brasil, e vamos continuar até Porto Seguro, como pretendemos fazer a nossa marcha também de 100 mil pessoas. Eles já estão dizendo, nos jornais, que vão colocar 800 mil pessoas em Porto Seguro, que é uma cidade com 70 mil habitantes apenas. Se nós colocarmos 100 mil já vai atrapalhar bastante a cidade; imagine 800 mil por parte do turismo e da oficialidade. Eles estão querendo realmente colocar o contraponto. Felizmente, das incursões e das conversas com a CNBB, o papa não vai celebrar a missa, o que atrapalharia em muito a nossa atuação lá, em Porto Seguro. Vai ter apenas um encontro da CNBB lá, e esperamos que não faça parte da programação oficial.

Eu gostaria de apresentar alguns tópicos dos quais retiramos algumas concepções básicas para a campanha. Nós estamos negando a palavra “descobrimto”, porque, como colocou Egidio, não concebemos que o Brasil tenha sido descoberto no sentido

de que o novo, o inexistente estava sendo encontrado. Aceitar a idéia de descobrimento seria negar todo o processo da ancestralidade dos índios. Mesmo reduzindo o conceito de descobrimento, estaríamos evidenciando “um achamento”, “um encontro”. Eles destacam muito bem que não foi tão pacífico e salutar, assim com a historiografia enfatiza. Cabral não foi o primeiro a aportar nessas terras aqui. Quem já leu Capistrano sabe muito bem que muitos outros aportaram aqui: Cosan, Diogo Dilepi, Vicente de Ares Pison. Os espanhóis já sabiam da existência desta terra e, acredito eu, voltando a Marilena Chauí, que o Vaticano também já sabia disso, e foi um acordo a entrega da terra para Portugal, que resultou na chegada aqui dos navegadores portugueses chefiados por Cabral.

Não querendo estabelecer aí uma disputa doméstica com o movimento indígena, com o aparecimento de Luzia, parece-me que nós, negros, chegamos um pouco antes. Porém deixo a verificação dos fatos sob a responsabilidade da ciência, uma vez que a reprodução da face de Luzia está hoje no Museu do Rio de Janeiro. Considerando este dado, teremos o mérito de serem os negros os primeiros, como também mulher. Não quero polemizar; apenas enfatizar esse elemento para, somado à ancestralidade indígena, reafirmar que estávamos aqui antes de Cabral.

Nessa perspectiva, estamos negando o descobrimento e negando também as razões que justificam a comemoração; negando esses símbolos todos de colonização; porque evidenciar a lusitanidade, reviver o colonialismo é, no mínimo, um pouco de sebastianismo, de messianismo. Como agentes dessa negação, temos que grifar essa postura de negar símbolos; com essas caravelas todas, estaríamos revivendo as matrizes, as origens do processo que chamamos hoje de globalização.

Vi ontem, também, o companheiro Antônio Augusto Arantes falando sobre o MAD, o Museu Aberto do Descobrimento. Tivemos polêmicas severas. Entre elas, a antropóloga Selene Fonseca teve um embate muito sério com um dos mentores do projeto do MAD, Roberto Pinho, assessor na prefeitura de Salvador. Esse projeto não se enquadra na concepção de museu aberto, por questões já observadas aqui, por Antonio Augusto Arantes. Nós não concordamos com a Fundação Quadrilátero, por ser extremamente comprometida com o processo. Nós acreditamos que é mais do que apresentou Arantes: o Prodetur está envolvido no que é estranho a Porto Seguro, e não com a participação da população de Porto Seguro, que se encontra cada vez mais jogada para a periferia da cidade. É um projeto alienante, que não leva em conta a necessidade de incluir as questões de sobrevivência da população de Porto Seguro. Essa população, no afã de ver solucionados seus problemas de sobrevivência, termina sendo conquistada por al-

guns discursos espertos e até concordando com a proposta de fazer uma grande Disneylândia nessas comemorações.

Dando uma idéia da realidade em que vivem, seja os nativos indígenas seja a população não indígena de Porto Seguro, nós denunciámos, durante o lançamento da campanha, que quinze índias pataxós foram esterilizadas por um deputado do PFL chamado Domingos Lavinie, um dos grandes negociadores de votos no sul da Bahia. Denunciámos, também, que os pataxós têm esses dados. As índias se reúnem periodicamente em Porto Seguro e têm denunciado que, no período da caça de votos, foram convencidas de que o processo era de planejamento familiar. Na verdade, sem dominar a tecnologia, terminaram sendo esterilizadas, o que foi um grande dano. Hoje os pataxós estão ocupando o Monte Pascoal, tentando retomar o seu território, num processo da luta de resistência. Luta de resistência essa que tem um passado, um legado.

Gostaria apenas, para encerrar, de apresentar alguns elementos que me parecem importantes nessa trajetória histórica, desde que nós, negros, fomos arrancados violentamente de África. Fomos tratados com perversidade e com violência nas américas e sofremos uma série de baixas. Mas nós não vamos, durante a campanha, estar fazendo desse sofrimento um muro das lamentações. Estamos necessariamente enfatizando esse sofrimento para uma tomada de consciência. Seja no Brasil Colônia, no Brasil Império e até mesmo na República, muitos foram os momentos de resistência negra neste país, desde as simples fugas individuais até a formação de quilombos. Entre estes, gostaria de grifar aqui, o quilombo dos Palmares, e não falaria grifando o nome de Zumbi. Pode parecer estranho, mas ao falar de Zumbi podemos estar enfatizando sempre um salvador da pátria. Se ficarmos nessa postura, não vamos considerar a existência de uma pluralidade de heróis e heroínas, um conjunto de resistentes, que fizeram a importância de vários quilombos. Zumbi, inclusive, que sucedeu a Gamga Zumba, foi um negro nascido no Brasil, teve toda a sua formação ideológica, de oposição ao poder na época, feita por sua mãe, que era uma das grandes líderes de uns dos quilombos, que não era o quilombo dos Palmares. Os quilombos constituíram na verdade um aglomerado de quilombos por toda a região entre Alagoas e Pernambuco.

Quando se instalam os centros urbanos, temos uma série de revoltas, especificamente de resistência negra, como a participação de negros em movimentos com outros setores insatisfeitos da sociedade. Para não citar todos eles, pois o tempo não daria, vou citar o que talvez seja o primeiro e significativo, que foi a Revolta dos Búzios, ocorrida em Salvador, na qual negros se associam a outros setores da sociedade. Entre os aprisionados, apenas quatro, que eram negros, foram enforcados na praça da Piedade.

Muita gente que passa nessa praça de sacrifícios não revisita a história como referência do que somos hoje. A praça da Piedade está lá, e foi uma praça de sacrifícios e poucas pessoas sabem. A Revolta de Búzios, ou Alfaiate, ou Inconfidência Bahiana (de 1798), como queiram alguns historiadores, serve como um legado histórico oferecendo referências da mesma forma que estátuas e outras praças deste país.

Em que pese esses quatro corpos terem sido esartejados e pendurados pelas ruas da cidade de Salvador, como exemplo para que nenhum outro negro ousasse se rebelar contra o poder da época, isso não aconteceu. Então a determinação estava arraigada no sangue da resistência, porque pouco depois, já no início do século XIX, voltamos a nos rebelar, e aí muitas foram as revoltas que se acumularam até 1835. Temos a Sabinada ainda em Salvador, a Cabanagem no Pará, a Balaiada no Maranhão e em Salvador, também, a revolta dos Malês, tão decantada e estudada, que superou crenças religiosas porque foi realizada por negros islamizados, que tinham uma prática religiosa bastante diferenciada de outros grupos negros no Brasil.

Já em meados do século XIX também eclodiam no sul a Guerra dos Farrapos e diversos outros movimentos, que levaram o poder da época a ter que, espertamente, começar a lançar uma série de leis enganosas, entre as quais as da abolição da escravidão. Eu aprendi na escola que uma série de dádivas foram sendo oferecidas aos negros no processo abolicionista, que é visto como de “libertação” do povo negro, e eclodiu naquilo que considero uma das maiores farsas da história, a abolição da escravatura. Eu não nego isto como um fato histórico, mas o seu significado, porque depois de sua assinatura, com caneta de ouro, o negro continua jogado na rua. Digo que essa idéia de dádiva é uma farsa por vários motivos; um deles é que já se acumulava uma resistência, que se encontrava em estado bastante avançado de ebulição, a insatisfação já era grande nas senzalas e nas grandes fazendas na época. A partir daí, jogados nas ruas, sem nenhum amparo, os negros voltaram a se rebelar, sim; voltaram a se organizar, sim. Tanto é que em 1910, João Cândido, no Rio de Janeiro, lidera a Revolta dos Marinheiros. Vários outros líderes nesse contexto se rebelam, já instalada a República.

Dentro do trabalho que estou desenvolvendo sobre a trajetória da resistência negra, vou visitar o túmulo de João Cândido, agora, no Rio de Janeiro, como uma referência que deve entrar nesse trabalho. Da mesma forma que vou visitar os revolucionários do passado, também faço com os do presente. Faço referência à companheira Lélia Gonzale, que faleceu nos últimos tempos. Emociona-me muito citar o nome dessa companheira de luta ao meu lado, uma das grandes mulheres deste país.



Os negros continuaram se rebelando. Vejam o crescimento da imprensa negra neste país, que se estendeu até meados da República; também a construção do grande movimento da Frente Negra Brasileira, que se transformou num partido. Depois, foi sufocado pela ditadura de Vargas. Em 1940, surge o Teatro Experimental do Negro, liderado por várias personalidades negras, entre elas Abdias Nascimento, que ainda está vivo e é uma das grandes representações da resistência.

Mais recentemente, temos os chamados movimentos negros da modernidade, retomados no final da década de 70. Por volta de 1978, aqui em São Paulo, foi realizado, nas escadarias do Teatro Municipal, um grande ato que resultou no MNUCDR – Movimento Negro Contra a Discriminação Racial –, que hoje deixou de ser movimento, constituindo-se numa entidade que é retomada hoje pela Conen – Coordenação Nacional de Entidades Negras. A Conen tem como objetivo unir todas as vertentes negras de resistência, em nível nacional.

Encerrando, gostaria de deixar uma frase e uma provocação, na voz de um poeta popular de Salvador, que não é nenhum intelectual, nem é conhecido. É um poeta de bairro de Salvador, que diz para a gente o seguinte: “Chicotes, mordanças e correntes são invisíveis, porém existentes”. Muito Obrigado.

*Laymert Garcia dos Santos* – Agradeço as brilhantes intervenções do Egídio e do Gilberto, e aqui a terceira pessoa que deveria falar, seria justamente o Ailton Krenaque. Um índio crenaque deveria compor a resistência indígena, negra e popular. Como ele não pôde vir, não posso pretender substituir o Ailton, de maneira nenhuma. Portanto, vou fazer apenas um pequeno comentário, contanto um episódio, em relação ao Ailton, trazendo sua presença de algum modo.

Quando Marilena Chauí era secretária de cultura do governo de Luíza Erundina, em 92, um dos atos que a Secretaria da Cultura do Município fez, e que considero um ato que se inscreve dentro de um processo de resistência como esse do qual nós estamos falando aqui, foi transformar uma casa do século XVII, que existe no bairro do Caxingui, chamada Casa do Sertanista, numa Embaixada dos Povos da Floresta. Essa casa, que era antiga e muito bonita, estava abandonada; servia de ponto de venda de fumo, e seu jardim, muito bonito, mas abandonado, servia de estacionamento. Marilena entregou a Casa do Sertanista, num gesto simbólico, para a embaixada dos Povos da Floresta, justamente para sinalizar a reversão de um processo, na medida em que o sertanista era quem ia prear índio.

Ailton, nessa época era o líder da União das Nações Indígenas, era o líder nacional que fazia a articulação entre os diferentes povos indígenas. Ele não era representante dos povos indígenas, justamente porque eram povos muito diferenciados e não havia um sistema de representação como o nosso. Mas ele era uma pessoa que fazia a articulação entre diferentes povos indígenas, e essa casa, constituída em Embaixada dos Povos da Floresta, era uma espécie de ponto de referência para as lideranças indígenas de vários pontos do Brasil, que passavam por São Paulo. Ali iam, justamente, discutir a articulação dos seus movimentos. Em 1992, Marilena pediu ao professor Sérgio Cardoso, da USP, que trabalhava com ela na Secretaria da Cultura, que fizesse uma consulta ao Ailton, porque começava haver a comemoração do descobrimento da América. Ela queria saber do Ailton como os índios pretendiam se inscrever nessa comemoração. Como eu trabalhava muito próximo ao Ailton no movimento indígena, assisti, então, ao diálogo em torno desse convite. Repetindo exatamente a tônica que foi colocada aqui, Ailton disse que não havia o que comemorar, e, portanto, os índios não iam participar de nenhuma comemoração, nem de contracomemoração. Na posição do Ailton, ele achava que contracomemorar era, de certa maneira, consolidar o sentido de uma comemoração; então ele achava que não havia nem o que comemorar, nem o que contracomemorar, exatamente pelas razões que foram levantadas aqui pelo Egídio e pelo Gilberto.

Ele propôs o seguinte: “Eu acho que nós não temos que comemorar nada, e se há alguma coisa a fazer, são vocês brancos que têm que fazer; não somos nós índios que temos que fazer”. Disse mais o Ailton: “Se há algum gesto a ser feito, o gesto tem que partir de vocês e não de nós; eu faço, então, uma proposta de que as autoridades peçam perdão aos índios na comemoração”. O professor Sérgio Cardoso achou interessantíssima a proposta e a apresentou para Marilena. Ela pensou bastante sobre o assunto e disse: “Nós vamos fazer isso”. Então, entre as diversas iniciativas da Secretária da Cultura do Município nessas comemorações, uma delas foi justamente a de constituir uma comissão de pessoas que defendiam a luta indígena no mundo branco, mas que não eram lideranças indígenas. Eu tive a felicidade de ser secretário dessa comissão, que se chamou “Índios *no* Brasil”, e não “Índios *do* Brasil”. Índios no Brasil porque queria justamente marcar que, para nós, 1500 não era o ponto de referência. Índios no Brasil porque eles continuavam sendo povos diferenciados, com direitos específicos, cultura específica, que viviam no Brasil, e eram chacinados no Brasil, ou sobreviviam no Brasil, ou resistiam no Brasil, mas eles não pertenciam ao território do Brasil. O território do Brasil era uma entidade que havia sido constituída em 1500 e à revelia

dos índios. Eles não pertenciam a esse território; ao contrário, o território era, inclusive, uma reivindicação, eles tinham sido espoliados de seus territórios quando o Brasil foi constituído.

Além dessa comissão, várias outras coisas aconteceram em 1992. Uma foi a inauguração de uma grande exposição de “Cultura Indígena”, que a Secretaria da Cultura fez em São Paulo, no Pavilhão da Bienal no Ibirapuera. Na abertura da exposição pela prefeita de São Paulo, Luíza Erundina, vários líderes indígenas estavam presentes. Luíza Erundina pediu perdão aos índios, como havia sido proposto por Ailton. Esse foi, praticamente, um gesto clandestino. Como muitos outros gestos importantes de resistência no Brasil, a mídia não deu cobertura nenhuma, apesar de ter sido convidada para o evento.

Participando desse episódio, eu me dei conta, no momento, da coisa fantástica que estava acontecendo: no coração da cidade bandeirante, digamos, da elite bandeirante, uma mulher, nordestina, prefeita de São Paulo, pedia, em nome das autoridades de São Paulo, perdão aos índios pelo que tinha sido feito com eles nos últimos 500 anos. O evento era micro, minúsculo, mas algo de extraordinário acontecia ali, mostrando porque era tão intolerável uma figura como Erundina ser prefeita de São Paulo, e porque era tão intolerável tudo aquilo que o governo do PT trazia para São Paulo. Essa associação de minorias ali congregadas expressando, simbólica e paradoxalmente, a voz das maiorias, como o que está acontecendo aqui, hoje. Teríamos aqui três representantes das minorias no Brasil, que constituem a maioria do povo brasileiro. É realmente um paradoxo, porque o povo brasileiro é a minoria dentro do Brasil, e é colocado como minoria. Aparece como minoria, tamanho é o grau de opressão e o grau de exclusão.

Acho também interessante fazer um comentário do que foi dito aqui: tanto o Gilberto como o Egídio inscreveram essa resistência no movimento histórico. Interessantíssimo, também, porque o Egídio apresentou uma faceta que quase nunca é colocada na constituição do povo brasileiro: os camponeses pobres como uma força de resistência. Estamos até acostumados a ver como resistência o movimento indígena e negro, mas aqui o Egídio traz a resistência do componente europeu, dos camponeses pobres.

Quando ele começou a falar justamente dos camponeses sem terra no Brasil e como eles se articulam com o movimento negro e com a resistência indígena, eu me lembrei de uma frase do comentário do antropólogo Darcy Ribeiro, no seu livro *O Povo Brasileiro*, dizendo que o povo era, na verdade, constituído por uma tripla desterritorialização: por desterritorialização dos brancos camponeses que vieram para cá e viraram sem terra, dos índios que foram desterritorializados na sua própria terra e dos negros

africanos que vieram para cá como escravos e que também foram desterritorializados. As três etnias, que são a matriz do povo brasileiro, tinham sido desterritorializadas e tinha sido rompida a sua relação com a tradição, o que explicava, de certa maneira, o que se dizia sobre o povo brasileiro: “É um povo moderno”, voltado para o futuro, porque já sem o vínculo com as tradições do passado.

Quando me lembrei disso, lembrei-me também da relação que a resistência tem, não só com o passado, mas com o passado da América. Foi muitíssimo bem lembrado aqui que esse movimento de resistência vem desde 1992, mas ele já vinha sendo preparado. Começou na América Central, passou pela Colômbia e chegou ao Brasil. Esse é um movimento de pertencimento de todos nós a esse movimento da América, como é também um movimento de resistência que não está só voltado para o passado; é um movimento que está voltado para o futuro, e isso é o ponto chave. Se é resgatado o passado, se é preciso resgatar a história, é para fazer a ligação com o futuro. E, na questão do futuro, como é que ficam esses três segmentos: sem-terra de um lado, os índios de outro e depois os negros?!

Foi mencionado aqui que a globalização é uma espécie de continuidade da colonização, que é um outro momento da colonização. Eu tenho a sensação de que é não só um outro momento, mas é uma aceleração da colonização; é uma imensa intensificação desse movimento que já vinha vindo. Se antes os índios tinham que ser exterminados, ou ser aculturados para servir como mão-de-obra, os negros como mão-de-obra e os camponeses pobres vinham para a cidade para trabalhar como exército industrial de reserva, nesse novo processo esses três elementos já começam a se tornar descartáveis; a exclusão não é só uma exclusão em relação à realização ou ao sucesso, ou à inserção na sociedade; ela é uma exclusão que agora começa a se configurar como uma luta pela sobrevivência, até mesmo física. O Movimento dos Sem-Terra, por exemplo, é um movimento de população que já é literalmente sem lugar. Quando o subcomandante Marcos fala “Nós aqui de Chiapas”, referindo-se a índios e camponeses, “nós somos descartáveis, mas também na cidade e até no primeiro mundo está cheio de descartáveis”. O que ele está querendo sublinhar é justamente que, nesse processo de intensificação dessa colonização acelerada, não há mais lugar para a população; só um fragmento muito pequeno dessa população tem condições de seguir, de embarcar no trem da globalização e de embarcar justamente nessa aceleração tecnológica e moderna que nós estamos vivendo.

A resistência assume uma dimensão não só com relação à continuidade da resistência do passado, mas ela tem que se renovar e aparecer como nova, com relação ao

futuro, porque não há mais lugar para aqueles que são excluídos e descartáveis. Pelo que ouvimos aqui esses dias, é muito forte a dimensão latino-americana da resistência, nos seus aspectos étnico, cultural, envolvendo ao mesmo tempo as três raças, que estão aqui configuradas.

Eu gostaria de encerrar pedindo ao Gilberto que lesse o manifesto dos pataxós, para ter a voz dos índios, por onde toda esta história de colonização e de opressão começou. Que suas vozes estejam presentes nesse evento.

*Leitura da Carta de Abril – Manifesto dos caciques, dos povos pataxós e pataxós Hã Hã Hãe [seção Documentos neste número].*

*Laymert Garcia dos Santos – Podemos abrir agora para perguntas da platéia.*

*Pergunta* – Eu gostaria de fazer uma pergunta para o Egídio, a partir do que o professor Laymert falou sobre a globalização, que apresenta praticamente toda a população excluída do processo. Emendo, também, com o que Marilena Chauí falou aqui sobre o MST ser a única coisa moderna no país. É um movimento que não embarcou na idéia de que o Brasil é um país emergente, e também é um movimento que não pede piedade. Acho tudo isso extremamente inovador e estimulante para nós. É emocionante ver as mulheres do MST caminhando com aquelas crianças. E, eu mesmo, preferi vir para cá, por exemplo, em vez de ir à reunião no sindicato dos professores. O sindicato virou pura burocracia; vamos lá mais para ter informações, do que debate. Então eu acho que o MST é a única coisa que questiona realmente este país, que questiona o poder, a globalização. Eu queria que você comentasse sobre a posição que o movimento ocupa hoje no cenário nacional.

*Egídio Brunetto* – Não é uma pergunta, é uma afirmação. Eu acho que o movimento é um processo histórico, acho que ele não pode ser analisado assim, do ponto de vista só particular. Eu gostei muito da expressão que se usou aqui, do “legado histórico”. Eu acho que nós somos esse processo, e acho que as nossas lideranças têm tido a capacidade de resgatar, não só no caso brasileiro, mas fundamentalmente, com as outras experiências. Mais do que resgatar as experiências, elas têm conseguido desenvolver uma metodologia que possa atender às necessidades históricas. Acho isso importante: e nós aparecemos justamente quando a esquerda, em nível internacional, decai. Isso tem a ver com saber interpretar e, mais do que interpretar, saber desenvolver um método de

enfrentamento constante da realidade. A mutação deve ser constante para responder à necessidade, instituindo o povo como sujeito. Acho que essa é a novidade, porque o que está acontecendo com os outros movimentos é que as lideranças passam a ter papel preponderante. Quando o povo não é o protagonista da história, esse movimento é derrotado na história. Então, o nosso método é de envolver o povo como sujeito; todas as pessoas fazem e são o movimento.

No último CD, para o festival da Reforma Agrária, há uma música que fala que a dona Maria não era ninguém até há quinze dias, mas hoje ela já está negociando com o governador, com o presidente. Acho que o movimento é diferente do sindicato, porque desenvolve uma forma de participação maciça do povo e de luta permanente, constante, como elemento da formação da consciência e das conquistas dos direitos. Nós trabalhamos uma abrangência: por exemplo, o que nós estamos discutindo, nos últimos tempos, é como recuperar os valores, especialmente do trabalho voluntário, a doação de sangue, de alimentos, como um valor que a esquerda, de forma geral, perdeu como um valor importante. As marchas são muito mais que caminhar, nós começamos a marchar pelas grandes causas dos povos. Elas resgatam o sujeito em luta; um marchante é muito mais que um caminhante. Ele tem o sonho, a utopia, a esperança. Às vezes, quando a gente tem que mandar embora um cara, da marcha, por problemas de saúde, ele não quer largar, porque ele vai criando essa idéia da utopia, de que a mudança é possível. A nossa vantagem é que você tem determinadas conquistas reais, do ponto de vista da terra, da casa, da educação. Por exemplo, agora existem 120 mil alunos estudando, dos quais não sei quantos mil adultos sendo alfabetizados. Então, para a pessoa que conseguiu a terra, conseguiu a casinha e agora está sendo alfabetizada, “é um negócio!”, do ponto de vista da auto-estima.

As dificuldades estão em fazer avançar da consciência imediata para a consciência social, para a consciência política. Isso pede um trabalho de formação política permanente. Eu acho que o nosso movimento é complicado. A questão internacional, por exemplo, passou a ser uma necessidade. Por ano viajam 200 pessoas do movimento para fazer intercâmbio; nenhum movimento na história do Brasil fez isso. Nós temos como princípio ninguém repetir viagem. Enquanto o movimento sindical ou o movimento partidário têm uma ou duas pessoas que conhecem o mundo de tanto viajar, fazemos o contrário, queremos que o maior número de pessoas da organização conheçam. O problema está na metodologia: quando você entende que é o povo que é o protagonista, toma esse fato como a diferença que está acontecendo. As negociações sempre têm que ser com muita gente; sempre gente nova.

Agora estamos discutindo o que chamamos de revolução cultural. Tomando o que Mao Tse Tung discutiu em 44, se não me engano, e que foi implementado em 56: a revolução cultural do nosso ponto de vista, do nosso jeito. É fazer uma mudança interna; se nós não fizermos isto, seremos derrotados na história: é a mudança dos postos, de certa maneira, que estamos chamando “combater e produzir”. O movimento tem que produzir sua existência, produzindo alimentos, o dirigente tem que fazer a ocupação de terra, tem que ser o formador, mas ele não tem que ficar sempre nos postos de direção, porque vai se burocratizando, porque, como o corpo ajeita o espírito, ele vai acomodando o corpo, vai se apelegando. Estamos chamando isso de revolução cultural; é o jeito nosso: se a pessoa está na secretaria, ela pode, também, plantar árvores, que é o que estamos fazendo agora. Um dia por mês ele pode fazer trabalho voluntário, fazer produção agrícola. A idéia do Mao era combater e produzir: durante três meses, o soldado tinha que produzir a existência e tinha sete meses para combater; um pouco dentro dessa filosofia. Sem copiar os chineses, mas interpretando e aplicando para nossa realidade. Há um livro chamado *Lições históricas da luta pela terra*, que coloca que o movimento sindical também faz luta pela terra, mas é diferente porque a luta se torna corporativa. Se nós fizermos isso, nós estamos derrotados como movimento; pode ser bonito e muito vermelho, mas, historicamente, não haverá futuro; se nós não soubermos ocupar os espaços históricos para podermos dar o salto na história.

O que estamos procurando ver é qual é o nosso papel histórico, agora. Por exemplo, plantar árvores, que significado tem? Qualquer um pode plantar. Só que nós estamos nos apropriando, por exemplo, no caso de Carajás: cada família nossa vai plantar, pelo menos, dezenove árvores, homenagem aos mortos. A estimativa é que, até 17 de abril do ano que vem, vamos plantar dois milhões de árvores. É o mínimo, mas é o resgate de toda uma simbologia que está na memória histórica dos que não morreram. Esses não têm jeito de morrer porque nós vamos resgatar, no plantio das árvores.

Estamos pensando nas gerações futuras. Se nós não começarmos a nos preocupar com o tipo de agricultura que vamos fazer daqui para frente, nós vamos continuar a fazer agricultura tipo norte-americana, que é o químico-mecânica?! Vamos produzir produtos que intoxicam pessoas com agroquímicos? Ou nós vamos pensar nas pessoas, porque no campo está assim: este aqui nós plantamos para comer, esse aqui nós plantamos para vender; o que vende é tudo com veneno. É como faz o plantador de moranguinho aqui em São Paulo, é puro agrotóxico; quem vai consumir está se intoxicando. Então, no plantar, nós estamos pensando nas outras pessoas, no ser humano como centro da coisa, da nossa atividade. A utilização do solo tem que pensar nas gerações futuras.

Nós estamos trabalhando esta questão, que é muito complexa, porque nós trabalhamos com os excluídos, que não são nem mais os excluídos. O Bizol falou que os sem-terras são párias mesmo, que é o resto da sociedade. E não é fácil de recuperar esse povo, porque a degradação do ponto de vista ético, moral e físico é muito grande; o esforço é muito grande. A nossa sorte é que a causa é bastante justa. Então, por mais que eles batam em nós e reprimam, sempre, o apoio da sociedade é muito grande; gente que ajuda a construir esse movimento, e acho que o nosso mérito é a capacidade de saber interpretar e formular um método permanente de mudanças constantes. Acho que moderno é um pouco isso. Mas tem que estudar mais.

*Comentário* – Eu não vou fazer uma pergunta, não. Eu vou fazer uma coisa que aprendi, há muito tempo, e que tem um nome muito gostoso: eu vou fazer um “fuxico”, porque fuxico, além disso que vocês estão pensando, é também aquela colcha de retalhos que minhas avós faziam, com retalhos de panos coloridos e que eram pequenininhas, mas feitas com muito carinho, e por muito tempo. Terminavam fazendo uma colcha muito bonita, que enfeitou uma boa parte da infância da gente e, de uma certa forma, a vida da gente. É assim! A gente vai pegando retalhos e, de vez em quando, tem até a pretensão de fazer uma colcha ou um belo “fuxico”. Eu estava me lembrando aqui, que tem uns “fuxicos” que é bom passar adiante. No congresso da Anpuh eu ouvi uma fala que me emocionou muito, porque foi muito bonita, e eu vou tentar reproduzir aqui com o perdão do dono da fala, do dono da voz. Ele era um estudante do movimento negro, falando da comemoração. Ele disse o seguinte: “Invadem sua terra, estupram sua mãe, escravizam seus filhos e você quer comemorar o quê?”.

Eu acho que essa frase me lembra uma outra fala dos povos africanos, especialmente na África do Sul, e que dizia o seguinte: “Eles, quando chegaram, tinham a bíblia e nós tínhamos a terra; hoje eles têm a terra e nós temos a bíblia”. Como Gilberto lembrou que nós não temos nem essa bíblia, podemos até aproveitar a oportunidade para devolver a bíblia e começar a tomar a terra.

Uma outra frase, que é uma aliança que nós temos com os povos afro nesta terra, foi encontrada por um colega nosso, o Waldélio, num remanescente quilombola no extremo oeste da Bahia, que era aquele homem memória da tribo. Aquele preto velho com mais de cem anos disse uma frase que fez meu acordo, nosso acordo, índio com todos aqueles que vieram para cá para construir a liberdade. Esse preto velho dizia: “Quando nós chegamos aqui, isso aqui era terra de índio e esconderijo de negro; então,



todos aqueles que quiserem se esconder da opressão vão estar em casa, sejam muitos bem-vindos. Agora, só nessa condição”.

Aí eu me lembrei também de um outro fuxico que eu vi, interessadamente, no *Jornal da Globo*. Era uma notícia que dizia que os pataxós estavam invadindo a reserva, e o cacique disse uma frase, que eu achei bem interessante, para completar esse fuxico. Ele disse: “Invadindo a reserva, mas que reserva? Eu continuo fazendo tudo o que meus ancestrais fizeram, estou na minha terra, recolhendo a árvore de que eu preciso, para aquilo que eu sempre precisei fazer. Então toda vez que eu precisar fazer a minha casa eu vou continuar usando a minha árvore, porque essa é minha terra”.

E, por fim, um colega nosso, o Bartolomeu, que andou estudando o candomblé cabloco, fez um trabalho com um título bem sugestivo, que me lembrou a ausência de Davi. Na realidade, Davi pode não ter vindo, mas se a gente se olhar para dentro, vai ver que nós sempre estivemos aqui. O cacique També, que está fazendo um curso para comandante, comandante ou sacerdote, disse: “Eu só quero entrar na mata e beber o sangue do animal nativo, porque eu não quero é beber o sangue dessa galinha de granja podre que vocês trouxeram para a gente”. Eu só queria, quem sabe, com essas coisas aí, fazer um belo “fuxico”.

Em 22 de abril nós vamos refazer, com També à frente, aquilo que foi feito no ano passado: havia uma missa com o bispo de Cintra, representando aquela benção que se deu às caravelas e os pataxós resolveram ir olhar a missa, como fizeram há algum tempo. Houve uma tensão, aquele negócio: olhar pode, mas com madeira na mão não pode. Então, També disse “Olhe, tem uma coisa, não vai mais ter missa nenhuma, porque essa terra tem dono” e Bartolomeu lembrou muito bem: “Cabloco não pede passagem”. Já tou aqui. Obrigado.

*Pergunta* – Eu queria fazer uma pergunta provocativa. Gostei muito da intervenção, colocando a provocação do Ailton Crenaque: “Comemorar o quê? Nós não vamos nem comemorar, nem contracomemorar”. Na verdade, o que está acontecendo é que quem acha que não tem o que comemorar está se preparando para contracomemorar e acaba reforçando, como referência, essa data. Eu queria ouvir um pouco de vocês porque, na verdade, tanto o MST quanto o movimento negro estão se preparando para uma contracomemoração. Uma boa forma de marcar um outro momento não seria marcar o 22 de abril como “o dia nacional de ocupação de terras”? Uma coisa muito bem articulada, na qual o próprio movimento negro, os índios e o MST fariam uma ocupação em massa no Brasil inteiro, não seria uma coisa interessante?

*Egídio Brunetto* – Primeiro, na questão dos “fuxicos”, o mesmo caso aconteceu com o índio boliviano, quando o Papa esteve lá. Como todos os discursos que as pessoas vão fazer são inscritos e o Vaticano vistoria, o índio saiu do protocolo e disse assim para João Paulo II: “Vocês fiquem com suas bíblias e seus espelhos e devolvam o nosso ouro e nossa prata que levaram”.

Em relação ao 22, como ele estava comentando, é um fato. Se você concorda ou não, ele existe, e não tem como você fugir, querer tapar o sol com a peneira. Eu penso a contracomemoração na linha do protesto, e, quando falamos de resistência, muito mais que lembrar o passado, trata-se de olhar para a frente; mas não tem como olhar para a frente sem olhar a história. Nós, que estamos conversando um pouco, teremos que aproveitar esse próximo período para fazermos essas denúncias históricas, porque temos que resgatar a memória histórica da nossa luta, da nossa resistência, que o povo não conhece, porque a história que ele conhece é a história mentirosa. A denúncia é importante, esse trabalho que nós chamamos de conscientização. É um ano que tem clima para trabalhar essa dimensão. A minha proposta é que em 22 de abril a gente faça 500 ocupações, só que não sei se vamos conseguir e nem sei se vamos fazer, não é?! Essa foi a proposta que eu fiz nas nossas reuniões. E, como fez o povo da Guatemala, que falava assim: “Foram 500 anos de resistência e agora começam 500 anos de libertação”. Está dentro do pensamento indígena maia; eles pensam como os chineses. Para nós, brasileiros, teria que ser: chega de latifúndio, no caso dos camponeses. Quando falamos camponeses, referimo-nos à questão indígena, negra e aos camponeses brancos pobres, que são os nossos sem-terra no Brasil. E as outras resistências que temos também são os quilombos e também os índios, que querem a recuperação não só da terra, mas do território, que é mais do que a terra, especialmente no caso dos guaranis. É uma série de outros elementos, que não adianta nem discutir, porque muitas vezes não se entende, porque é outra dimensão. É isso o que nós temos de fazer, não só no ano que vem, mas continuar... Esse é o papel dos movimentos organizados, que podem fazer isso. Quem sabe, além de ocupar as terras, também ocupar as universidades? Como eu já falei antes, vocês podem ajudar, pesquisar, difundir.

Recuperar o legado histórico, acho que isso é importante. É a nossa celebração, é a memória histórica do nosso povo, das lutas. Nós estamos tentando fazer isto; a deficiência ainda é muito grande, mas eu acho que isso tem que ganhar corpo na sociedade; não só no movimento, mas em outros espaços dentro da sociedade. Por isso, eu digo que a intelectualidade tem que trabalhar essa dimensão, difundir, porque desempenha um papel importante.

*Gilberto Leal* – Eu sou daqueles que defendem as ações pró-ativas, não dá para imaginar que vamos enfrentar o mecanismo e a máquina poderosa que tem aí apenas nos omitindo de nos posicionarmos sobre a realidade que enfrentamos hoje no Brasil. E nesse momento temos um dado a mais, que é o resgate do nosso legado histórico, de quem realmente segurou este país durante todo esse período, desde a invasão até agora. Assim sendo, ficar na passividade, no sentido de optar por não reforçar a data, acho que não seria relevante. Nós, do movimento negro, enterramos, por exemplo, e não foi com passividade, o 13 de maio. Enterramos definitivamente a referência à Princesa Isabel em 13 de maio. Evidentemente, talvez ainda reste algum resistente a isso. Reerguemos, não faz muito tempo, a nossa data mais importante, que é o 20 de novembro, o Dia Nacional da Consciência Negra, que tem como referência histórica o legado de Palmares. No mundo, onde se produzem referências, que não nos contemplam, precisamos ter outras referências e aí nós não temos que ter medo do desafio de enfrentarmos.

*Comentário* – Temos exemplos de como essa data pode ser trabalhada de outro ângulo, de outra perspectiva. Na Secretaria de Cultura, no governo de Luíza Erundina, por exemplo, em vez de avançar na construção e na compreensão de Tiradentes como aquela unificação nacional, trabalhamos muito mais como a “Pátria amada esquarterada”, recuperando vários segmentos, fazendo aulas públicas e atuando muito em termos do ensino de história. Trabalhar com os professores, na perspectiva de transformar a escola, organizar exposições, mostrar como é possível, que nós, como profissionais de história, seja na academia, seja no ensino de 1º e 2º graus, ou por meio de publicações, podemos e devemos mostrar como existem outras histórias, existem outras memórias. Nós podemos construir uma outra história que não seja só contraponto ou só a oposição, mas que seja a busca de trazer para a história outros sujeitos. Eu gostei muito da lembrança do Egídio, sobre como o movimento atua nessa direção; creio que também nós, como produtores de conhecimento histórico, como formadores de profissionais, e como professores nos vários níveis de ensino, temos a responsabilidade social de, a partir dos nossos propósitos, a partir das nossas posições, desconstruir a história que está aí, narrada de uma maneira que caracteriza *uma* visão da história, e mostrar como é possível construir uma história de outro ponto de vista, diferente dessa, recuperando outros sujeitos.

A idéia do Simpósio tinha o objetivo de tentar trazer, no sentido mais prático, as pessoas do movimento, trazer a academia para discutir e trabalhar o que é o nosso

ofício de historiador; isto é, refletir sobre como, a partir da constatação de que está aí uma história que nós não queremos mais transmitir simplesmente e repetir, vamos, em todos os nossos níveis de atuação, construir uma outra história, ou trabalhar uma outra história, mesmo sabendo que teremos uma série de problemas no caminho. Um profissional de história, que tem essa posição, tem essa responsabilidade. É nesse sentido que o Programa pensa. Falando em nome da comissão organizadora, esse Simpósio pretendeu caminhar na idéia de que revisitar o descobrimento significa, sobretudo, a perspectiva de que não há o que comemorar, mas há o que construir, para não ficarmos simplesmente imobilizados.

Nesse aspecto eu queria salientar os nossos agradecimentos a todos que aqui estiveram, à mesa, principalmente de hoje.

*Gilberto Leal* – Eu queria ler uma conclusão, que é uma conclusão de um trabalho que eu apresentei na Universidade de Texas, que revela mais ou menos esse esforço, e para que esse esforço: “O esforço de traçar essa trajetória dos africanos e africanas no Brasil, bem como o de seus descendentes brasileiros, orientada para revelar as ações desse povo contra os opressores, em um período de quase meio milênio de história, com episódios que marcaram a vida de negros e negras nesse território, tem como elemento motivador a constatação de negação de vários desses feitos heróicos de singular importância para as gerações negras recentes, e exige um constante aprofundamento da participação de negros e negras na diáspora, em particular no território brasileiro, o que reforçará, inevitavelmente, a conclusão de ser Brasil uma construção dos negros e negras”. Obrigado.